



EDUCAÇÃO INCLUSIVA NO ENSINO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICO: DESAFIOS E POSSIBILIDADES PARA O TRABALHO DOCENTE

INCLUSIVE EDUCATION IN PROFESSIONAL AND TECHNOLOGICAL EDUCATION: CHALLENGES AND POSSIBILITIES FOR TEACHING WORK

Angélica Ramos Aranha - Graduada em Pedagogia pela Universidade Salvador (UNIFACS) Graduada em Educação Física pela Universidade do Estado da Bahia (UNEB). Pós-graduanda em Docência da Educação Infantil e dos Anos Iniciais. E-mail: ramosaranhaangelica629@gmail.com

Marcos Cajaiba Mendonça - Doutor em Estudos da Comunicação: Tecnologia, Cultura e Sociedade (Universidade do Minho). Docente do Instituto Federal Baiano (IFBAIANO). E-mail: marcos.cajaiba@ifbaiano.edu.br

RESUMO

O presente estudo tem como objetivo analisar os desafios e possibilidades de ensino enfrentadas pelos docentes no ensino profissional e tecnológico na educação inclusiva no âmbito da sala de aula. Trata-se de uma revisão de literatura realizada em duas bases de dados *Scielo* e *Google Acadêmico*. Foram selecionados os estudos publicados entre os anos de 2014 a 2024, com os seguintes descritores: "Inclusão escolar", "Educação profissional e tecnológica"; e "Desafios docentes". Os resultados apontaram que os principais desafios encontrados pelos professores diante do ensino profissional e tecnológico na educação especial foram: A ausência de formação adequada para a educação inclusiva, falta de professores especializados, possibilidades de ampliação das técnicas, metodologias de ensino para as diferenças, necessidade de adaptação metodológica, confecção de materiais didáticos e tempo necessário para o planejamento de aulas inclusivas. Além disso, os docentes afirmaram também que a falta de apoio governamental, e a sobrecarga emocional têm sido barreiras enfrentadas pelos mesmos diariamente. Enquanto que as possibilidades foram: a ampliação das técnicas e metodologias de ensino o respeito às diferenças, a democratização da educação e interesse em participar de capacitações. Dessa forma, sugere que novos estudos explorem a temática, especialmente com o público docente, ainda faz necessário a construção de espaços que atendam o público da educação especial nos centros de formação profissional e tecnológica e que os órgãos federal, estadual e municipal busque assegurar seus direitos e oferecer formação continuada para especializar o corpo docente.

Palavras-chave: Inclusão escolar; educação profissional e tecnológica; desafios docente.

ABSTRACT

The present study aims to analyze the teaching challenges and possibilities faced by teachers in professional and technological education in inclusive education in the classroom. This is a literature review carried out in two databases *Scielo* and *Google Scholar*. Studies published between 2014 and 2024 were selected, with the following descriptors: "School inclusion", "Professional and technological education"; and "Teaching challenges". The results showed that the main challenges faced by teachers in professional and technological education in special education were: The lack of adequate training for inclusive education, lack of specialized teachers, possibilities for expanding techniques, teaching methodologies for differences, need methodological adaptation, creation of teaching materials and time needed to plan inclusive classes. Furthermore, teachers also stated that the lack of government support and emotional overload have been barriers they face on a daily basis. While the possibilities were: the expansion of teaching techniques and methodologies, respect for differences, the democratization of education and interest in participating in training. In this way, it suggests that new studies explore the theme, especially with the teaching public, it is still necessary to build spaces that serve the special education public in professional and technological training centers and that federal, state and municipal bodies seek to ensure their rights and offer continuing training to specialize the teaching staff.

Keywords: School inclusion; professional and technological education; teaching challenges.



Trilhas está licenciada sob a licença **Creative Commons Attribution 4.0 International License**.

INTRODUÇÃO

Durante muito tempo o ensino escolar brasileiro vem passando por inúmeras transformações, mas, quando o assunto é escola inclusiva as discussões sobre a educação tem impulsionado cada vez mais debates no campo educativo, político e social. No entanto, os diferentes ideais inclusivo têm colaborado na limitação levando a não concretização de seus direitos (Santos, 2018). Um dos problemas



mais apontados para implementação dos ideais inclusivo liga-se à definição da palavra inclusão, isso porque o seu conceito tem mostrado interpretações das mais diversas possíveis em um contexto de práticas divergentes dos princípios. Segundo Santos, pensar em educação inclusiva envolve pensar, entre outros aspectos, em novos modelos educacionais, em concepções diferenciadas sobre os processos de ensino e de aprendizagem, garantia de direitos humanos e educacionais (Santos, 2018, p.140). Corroborando com tal afirmação, Honnef (2013), afirma que:

A partir de 1990, com a Conferência Mundial de Educação para Todos, realizada em Jomtiem, na Tailândia, a ideia da universalização da educação básica ganha força, bem como as políticas educacionais brasileiras passam a ser apoiadas em discursos inclusivos. Na década de 1990, ainda acontecem duas outras conferências que reforçam a questão da educação inclusiva. Uma delas é a Conferência Mundial sobre Necessidades Educacionais Especiais – acesso e qualidade, realizada em Salamanca, na Espanha, no ano de 1994 (Honnef, 2013, p.243).

O movimento da Conferência Mundial realizado no período de 5 a 9 de março de 1990 pela Organização das Nações Unidas (ONU), reuniu 155 países, 20 organizações intergovernamentais e 150 ONGs que delegaram os principais direitos e particularidades da educação para todos. A partir daí o movimento ganhou força e emergiu durante toda a década de 1990 onde resultou na universalização e no acesso do ensino público para as pessoas com deficiências, aprimorando o processo de ensino e aprendizado incluído todos os alunos sem qualquer tipo de discriminação. Entretanto o discurso sustentado era uma falácia e o direito a educação que dizia ser para “todos” era apenas para os que tinha uma condição social bem estabelecida na sociedade, em que sobrepõe se ao fato das diferentes condições sociais e econômicas priorizando o acesso ao ensino enquanto os de baixa renda os grupos menos prioritário era excluídos do processo. A década de 1990 marcou muito na história da humanidade, pois nunca se falou tanto em educação inclusiva e social como nessa data (Fernandes, 2009).

Após a participação nesta conferência as organizações governamentais começaram a elaborar documentos nacionais e internacionais, dentre estes diretrizes e normas para garantir o acesso a quaisquer indivíduos dentro e fora do espaço escolar. Nesta perspectiva, foi sancionada no Brasil, em 20 de dezembro de 1996, a Lei Federal de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9.394, propondo que a educação fosse oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, elaborou o Plano Nacional de Educação em 2001, deixando transparecer o apelo pela construção de uma escola inclusiva. Todavia, a palavra inclusão passou a ser utilizada, mesmo que de maneira muito sutil, nos programas elaborados pelo Ministério da Educação (MEC), datados do ano de 1997.” (Lopes; Rech, 2013, p. 213).

Segundo a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN, nº 9394/96), o estudante com necessidades específicas deve estar preferencialmente incluído em classes regulares em diferentes sistemas de ensino, seja público ou privado. No capítulo V, Art. 58 apresenta a educação especial como uma modalidade de ensino preferencialmente oferecida na rede regular para educando com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação (Brasil, 2024).



Com base nessa conjuntura, Freire (2008), define a inclusão como um movimento educacional, político e social, que defende os direitos das pessoas de compartilhar e participar na sociedade da qual está inserido, de modo que seja consciente e sensato, respeitando e aceitando suas diversidades. Em concordância, Díez, (2010) destaca que a inclusão é um modelo de educação que apresenta escolas onde todos consigam estar e participar como integrantes digno das mesmas. Em contrapartida, Fernandes (2009) destaca que:

Por conta dessa exclusão histórica, a educação inclusiva tem sido tema recorrente nas agendas governamentais e suscitado reflexões em diversos segmentos sociais para além dos sistemas de ensino. Justamente por envolver um grupo-alvo – pessoas com deficiência – cercado de mitos e preconceitos sociais, esse debate tem gerado inúmeras polêmicas e posicionamentos divergentes acerca de sua compreensão e das estratégias para colocar a inclusão em prática, diretamente relacionados à menor ou maior apreensão dos determinantes histórico-sociais que a regulam (Fernandes, 2009, p. 2).

Diante disso, a escola como uma das instituições que exerce um papel fundamental, pois é um espaço que deve por compromisso oferecer o acesso ao ensino desenvolvendo conhecimento assegurando uma educação de qualidade para todos (Saldanha, 2003). Dessa forma, a inclusão escolar não pode ser vista como uma simples inserção do aluno com deficiência aos demais em um ambiente escolar, tampouco uma falsa ideia de escola igualitária, onde só basta matricular a criança, o jovem ou o adulto na escola, é preciso oferecer um ensino pedagógico de qualidade, estruturas e apoio (Saldanha, 2003).

A vista disso, Freire (2008), destaca que “a inclusão é um movimento educacional, mas também social e político que vem defender o direito de todos os indivíduos participarem, de uma forma consciente e responsável, na sociedade de que fazem parte, e de serem aceitos e respeitados naquilo que os diferencia dos outros” (Freire, 2008, p.5). Para Sanches (2011), falar em educação inclusiva é quebrar as barreiras colocadas pela ilusão de alcançar a homogeneidade, mas enxergar a diversidade física, mental, cultural, étnica, bem como seus direitos e deveres. De fato, é preocupante ver que muitas escolas ainda não asseguram uma educação de qualidade e tem uma prática mais excludente do que inclusiva, todavia, as estratégias de ensino começam do próprio ambiente escolar e estão diretamente relacionadas com a forma de oferecer o ensino a esses alunos (Sanches, 2011). Talvez o maior desafio esteja em repensar modelos educacionais que atendam todos os indivíduos de forma igualitária.

Para Santos (2018), esses desafios só conseguirão ser abolidos ou reduzidos através da convicção de que a escola necessita de ações que venha se redimensionar, criando novas formas de convívios, considerando o potencial e as particularidades dos alunos no espaço escolar. Haja vista, que para a educação ser efetivamente inclusiva é preciso uma reformulação coletiva. Para tanto, é necessário que essa instituição educativa, passe por uma reestruturação no espaço escolar por completo, incluindo desde o espaço físico, o currículo, eo método de avaliação (Capellini; Fonseca, 2017).



Frente a esses desafios observa-se que a inclusão escolar ainda é um obstáculo contínuo, que há muitos caminhos para ser percorrido, com muita resistência, pois é uma lacuna que tem desafiado as práticas pedagógicas dos educadores. Neste sentido, vale salientar, que esse processo necessita de planejamento, físico, social, familiar e jurídico para que esses sujeitos garantam de fato o que lhe é de direito, seja na educação básica, superior, técnica e profissionalizante (Ferreira, 2018).

Partindo dessa concepção, o interesse investigativo pela temática educação inclusiva no ensino profissional e tecnológico: desafios e possibilidades para o trabalho docente, deve-se inicialmente à trajetória profissional da pesquisadora na área de Educação como pedagoga da Rede Pública Municipal de Ensino de Guanambi-BA. A autora, ao longo de sua graduação e atuação como professora, dos anos iniciais do ensino fundamental venho observando situações, relatos e reclamações por parte de professores sobre seus sentimentos de angústias, insatisfação, decepção e insegurança quanto o trabalho docente diante da inclusão escolar, realidade esta que também tem levado a diversas inquietações quando o assunto é inclusão de pessoas com deficiências no ensino do nosso país.

Neste sentido, parte, portanto, a seguinte problemática: Quais os desafios e possibilidades enfrentadas pelos docentes do ensino profissional e tecnológico para uma educação inclusiva? Destarte, temos como objetivo geral: Analisar os desafios e possibilidades enfrentadas pelos docentes do ensino profissional e tecnológico para uma educação inclusiva.

Com base nessa problemática esse estudo tece em uma linha de pensamento de debates e reflexões onde o ser professor, exige o desenvolvimento de uma postura crítica e reflexiva, capaz de lidar com situações problemáticas que emergem da prática pedagógica cotidiana. A autora entende que ensinar é uma atividade difícil que requer preparo e formação para lidar com o público da educação especial, todavia, são poucos os educadores que se sentem preparados para tal desafio. Para alguns autores diante dessa situação é necessário oferecer para os educadores cursos de formações para que os docentes possam se capacitar e suprir as demandas da educação especial e oferecer para os estudantes com e sem deficiência condições que possam lhe oferecer uma educação digna e uma formação moral, social e tecnológica (Paula; Guimarães; Silva, 2018). Contudo, ao observar inúmeras dificuldades, desafios e relato de docentes queixando medo, insegurança, falta de preparo físico e psicológico, falta de recursos pedagógicos, de laudos médicos, apoio familiar e leis que assegurem as pessoas com necessidades específicas em sala de aula, surgem diversas inquietações acerca das dificuldades encontradas pelos docentes para o ensino e aprendizado desses indivíduos no âmbito escolar.

Deste modo, para além de atingir o que é imposto pela Educação Especial na perspectiva inclusiva, acreditamos e defendemos a Inclusão, como um aspecto social e educacional de grande relevância e por esse motivo, consideramos necessário que as práticas de formação docente sejam reavaliadas e reformuladas, a fim de contemplar aspectos que proporcionem ao docente uma atuação fundamentada e crítica diante da diversidade de alunos para incluí-los respeitando as suas particularidades e desta forma, atender as necessidades formativas que surgem frente às demandas da Educação Inclusiva (Paula; Guimarães; Silva, 2018, p.4).



Dessa forma, é importante enfatizar que vivemos em um contexto que a inclusão escolar é um tanto desafiadora. Isso porque desde os primórdios a educação brasileira era oferecida para poucos, o cenário era de muitas exclusões, segregações e distinções entre as classes sociais. Durante muito tempo a educação superior era oferecida apenas para a elite, enquanto que a educação profissional tecnológica era destinada para os mais pobres (Harami; Faria, 2023). Por outro lado, vale destacar que após a democratização da escola o processo de exclusão continuou e todas as pessoas que nasciam fora dos padrões físicos não tinham acesso ao ensino na escola. Dentre os grupos dos excluídos estavam as deficiências físicas, mentais, altas habilidades, autistas e todos os indivíduos com necessidades específicas (Harami; Faria, 2023).

Diante disso, vale destacar que os fatos que marcaram a história da educação brasileira foram muitos, sobretudo da educação especial, mas é importante evidenciar que até os dias de hoje ainda existem barreiras na educação inclusiva que precisam ser preenchidas. Dentre estas, destaco a falta de professores qualificados para trabalhar com esse público, uma vez que, é preciso reavaliar e reformular as práticas de formação dos professores para contemplar o docente para uma atuação crítica e reflexiva incluído e atendendo as demandas da educação inclusiva (Paula; Guimarães; Silva, 2018).

Nessa perspectiva, o presente estudo tem como objetivo analisar os desafios e possibilidades de ensino enfrentadas pelos docentes no ensino profissional e tecnológico na educação inclusiva no âmbito da sala de aula, buscando encontrar respostas que apontem os desafios e possibilidades enfrentadas pelos mesmos diante de sua prática pedagógica no contexto da educação especial.

METODOLOGIA

O presente estudo trata-se de uma revisão de literatura realizada a partir de um levantamento bibliográfico em duas bases de dados Scielo e Google Acadêmico. A pesquisa possui uma abordagem qualitativa a qual tem como objetivo responder às questões específicas, preocupando com as ciências sociais e o nível daquilo que é real, mas que não pode ser quantificado aos métodos e relações que não deve ser limitado e instrumentalizado por meio de variáveis (Minayo, 2009).

A busca dos artigos foi realizada em duas bases de dados, analisando os artigos mais relevantes para a temática pesquisada por meio da leitura do título. Após a busca dos artigos foram analisados os mais relevantes para o estudo por meio da leitura do título. Em uma primeira etapa, foram utilizados os descritores “inclusão escolar”, “educação profissional e tecnológica” e “desafios docente” nas seguintes bases de dados: Scielo e Google Acadêmico, e foram selecionados 86 estudos. Vale ressaltar, que foram escolhidas as duas plataformas pois as mesmas possibilitaram um maior acesso para a pesquisadora e ofereceu mais artigos voltados para a temática pesquisada. Todavia, na plataforma Scielo não foram encontrados nenhum estudo que dialogasse com o objeto da pesquisa, e isso significa que existem uma escassez de publicações com a temática pesquisada nessa plataforma o que dificultou na coleta de dados para encontrar resultados.

A partir da leitura do título, no Google Acadêmico, foram selecionados 86 artigos, destes, 38



com o descritor “inclusão escolar”, 19 com o descritor “educação profissional e tecnológica” e 29 com o descritor “desafios docente”. Já na Scielo não foi encontrado nenhum estudo com os descritores pesquisados. Após a leitura do resumo desses estudos verificamos que todos se tratavam de artigos científicos, dessa forma não encontramos na busca nenhuma teses e dissertações com a temática abordada que contribuísse para a pesquisa.

Como critérios de inclusão foram utilizados artigos completos que apresentassem dados referentes ao tema proposto publicado nos últimos dez anos, cuja coleta de dados aconteceu de fevereiro a março de 2024, marco temporal entre 2014 e 2024. E a procura limitou em estudos que estava no idioma português. Como critério de exclusão: foram excluídos artigos que não contemplaram a temática pesquisada, tais quais os que foram encontrados nas mesmas bases de dados e não tinham resumo.

Em uma segunda etapa realizou a leitura do resumo, analisando e excluindo os que não contemplavam a temática pesquisada. Após a análise restaram apenas dez estudos. Posteriormente foi feita a leitura na íntegra e dos dez estudos selecionados apenas quatro identificaram os principais desafios e possibilidades encontrados pelos docentes na prática pedagógica no ensino profissional e tecnológico inclusivo. Após a leitura do material foi elaborado um quadro com as principais informações dos estudos.

RESULTADO E DISCUSSÃO

O quadro a seguir apresenta as informações dos estudos que identificaram as principais possibilidades e desafios enfrentados pelos docente no ensino profissional e tecnológico inclusivo no âmbito escolar.

Quadro 1- Apresentação dos 4 artigos selecionados para o estudo.

Autor(es) Título /Ano	Objetivo	Métodos	Resultados	Indexadores
GOULARTE, S.F.S; GONÇALVE, A.F.S. Inclusão escolar na educação profissional: das percepções docentes aos desafios e possibilidades Ano 2018.	Analisar como a prática docente dos professores da Educação Profissional contribui para o processo de inclusão escolar de alunos com deficiência, nos Cursos Técnicos Integrados ao Ensino Médio em uma Instituição Pública da Rede Federal do Espírito Santo.	O estudo foi realizado no Ifes-Campus Venda Nova do Imigrante (VNI)/ES. Teve como sujeito, docentes que trabalhavam com alunos com deficiência. Os dados foram coletados em 2017, via grupo focal e estudo do tipo etnográfico. Os dados foram analisados por meio da análise de conteúdo.	O estudo apontou que os principais desafios foram a falta de formação adequada para os professores do ensino regular e a falta de professores especializados para o atendimento adequado. Entre os pontos principais evidenciados como possibilidades, temos: a democratização da educação e da sociedade, a ampliação das técnicas e metodologias concernente ao ensino e o respeito às diferenças.	Google Acadêmico



<p>LIMA, E.L.M; MEDEIROS NETA, O, M. Inclusão de pessoas com deficiência visual no instituto federal de educação, ciência e tecnologia do rio grande do norte: formação docente e práticas pedagógicas. Ano 2020.</p>	<p>Conhecer e refletir acerca do processo de inclusão educacional de pessoas com cegueira ou baixa visão, no âmbito do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte (IFRN), a partir da perspectiva docente, com base nas informações obtidas junto à nove (09) professores, servidores do IFRN - Campus Natal-Central.</p>	<p>O grupo de docentes entrevistados foram composto por 05 professores bacharéis e 04 licenciados. Do total, 03 possuem formação na área das Ciências Humanas, 03 na área das Ciências Exatas e da Terra, 03 em cursos da área da tecnologia. Dentre estes 09 docentes, 01 possui apenas especialização, 02 possuem mestrado, 05 concluíram o doutorado e 01 concluiu o pós-doutorado. O grupo de professores entrevistados possui ao menos 10 (dez) anos dedicados à docência no IFRN, sendo que um destes, já se encontra aposentado e desenvolve atividades de pesquisa científica no Instituto.</p>	<p>Os/as entrevistados/as destacaram os seguintes desafios: ausência de formação inicial, quanto à educação na perspectiva inclusiva; necessidade de adaptação metodológica e confecção/adaptação de materiais didáticos; o tempo necessário para o planejamento de aulas inclusivas. Afirmaram também que o interesse por temáticas inclusivas ocorreu a partir da chegada de alunos com deficiência em suas salas de aula.</p>	<p>Google Acadêmico</p>
<p>HARAMI, F. F; FARIA, E.C. Uma reflexão acerca das necessidades formativas dos professores que atuam na educação profissional diante dos desafios da inclusão. Ano 2023.</p>	<p>Abordar a temática da inclusão na Educação Profissional, discutindo os saberes docentes necessários para garantir que o aluno com deficiência aprenda com autonomia e possa ter as mesmas possibilidades de formação profissional que qualquer outro aluno teria.</p>	<p>O estudo faz parte da pesquisa de mestrado, tratando de grupos focais com professores da área, analisando o perfil docente da Educação Profissional, seus dizeres com relação à inclusão de alunos com deficiência nos cursos técnicos e o papel da instituição no processo de inclusão.</p>	<p>Como resultado da pesquisa foi possível identificar o perfil do professor da Educação Profissional, o local de suas falas, o fato de que são professores com formação técnica específica de sua área, com uma experiência significativa e, na sua maioria, sem preparo pedagógico para atuar com alunos com deficiência nos cursos profissionais de nível técnico.</p>	<p>Google Acadêmico</p>
<p>GONÇALVES, V.M.D; DUARTE, M.B. Inclusão na Educação Profissional e Tecnológica: avaliação do conhecimento e de práticas docentes. Ano 2022.</p>	<p>Avaliar o conhecimento e as práticas de docentes sobre a inclusão educacional em uma escola técnica de Educação Profissional e Tecnológica vinculada à Universidade Federal de Viçosa.</p>	<p>Dos 50 docentes convidados, 29 aceitaram participar, ou seja, 58% deles responderam ao questionário. A faixa etária dos docentes foi entre 26 a 63 anos. Quanto ao gênero, 19 se identificam com o masculino e 10 com o feminino.</p>	<p>A maioria dos participantes relatou ter consciência que ainda não está preparada para atender com qualidade os alunos com deficiência, seja decorrente da falta de preparo específico, sobrecarga emocional ou simplesmente falta de apoio e subsídios para realizar um bom trabalho. A pesquisa apontou que grande parte dos docentes não possui formação sobre inclusão e que demonstram interesse em participar de capacitações nesse sentido. Sinalizaram, ainda, demanda por maior apoio governamental, para a redução das barreiras e maior suporte institucional, com ampliação da atuação do Núcleo de Apoio à Inclusão.</p>	<p>Google Acadêmico</p>

Fonte: Autores



Os resultados do presente estudo apontaram que os principais desafios encontrados pelos professores diante do ensino profissional e tecnológico na educação especial foram: A ausência de formação adequada para a educação inclusiva, falta de professores especializados em educação inclusiva, possibilidades de ampliação das técnicas, metodologias de ensino para as diferenças, necessidade de adaptação metodológica, confecção de materiais didáticos e tempo necessário para o planejamento de aulas inclusivas. Além disso, os mesmos afirmaram também que a falta de apoio governamental, e a sobrecarga emocional têm sido barreiras enfrentadas pelos mesmos diariamente (Goularte; Gonçalves, 2018; Lima; Medeiros Neta, 2020; Harami; Faria, 2023, Gonçalves; Duarte, 2022). Enquanto que as possibilidades foram: a ampliação das técnicas e metodologias concernente ao ensino e o respeito às diferenças, a democratização da educação e interesse em participar de capacitações.

A vista disso, é importante pontuar e discutir que há diversos desafios relacionados para a inclusão de alunos com deficiências no ensino profissional e tecnológico. Uma provável explicação refere-se a formação continuada do docente, visto que esse problema tem sido o mais desafiador de todas as demandas, uma vez que, o despreparo de professores tem impedido o ensino e aprendizado dessas pessoas dificultando a efetivação da educação profissional e tecnológica no âmbito inclusivo (Goularte; Gonçalves, 2018).

Por outro lado, a necessidade de políticas públicas mais vigorosas que dê atenção para a educação profissional e tecnológica (Goularte; Gonçalves, 2018). Nessa perspectiva, uma formação adequada pode instrumentalizar os docentes a buscar alternativas possíveis aos desafios que se fazem presentes no processo inclusivo. A formação continuada pode fomentar uma reflexão crítica sobre a práxis (Goularte; Gonçalves, 2018, p. 961).

Aprofundando o diálogo com a pesquisa Harami e Faria (2023), relatam que o saber pedagógico é entendido como uma soma de resultados dias após dias reunindo conhecimentos vindos do contexto profissional e social nas experiências educativas. Todavia, é fundamental que todos os professores tenham outra modalidade de ensino que contemple seu currículo para atuar na educação profissional e tecnológica com pessoas dotadas de algumas especificidades.

No que diz respeito aos cursos de formação, sugere-se que a capacitação docente para atuação do professor no âmbito da Educação Profissional/Educação inclusiva seja estruturada em duas grandes etapas, aqui denominadas de blocos de formação para o trabalho pedagógico (Viégas; Carneiro, 2003). No entanto, o que se tem discutido é se a formação do docente em função a muito tempo está acompanhando o trabalho tecnológico e manual das instituições e seus respectivos envolvidos. Contemplando muito do que nos traz Soares e Anjos (2022, p. 5), acerca dessa formação:

O problema identificado é se a formação continuada do docente – que ora já está em atividade – deverá abster-se da dimensão propedêutica, mantendo a ruptura conceitual entre trabalho intelectual e manual. Se tal perspectiva ainda se mantiver, servirá ao propósito que evitará o alcance de outras práticas pedagógicas promotoras do desenvolvimento da consciência de que a existência serve à transformação do mundo, ao exercício pleno da cidadania, da emancipação humana, leitura de mundo e da busca do conhecimento com autonomia e felicidade (Soares; Anjos, 2022, p.5)



Dessa forma, a literatura científica tem se debruçado cada vez mais em busca de explicações que respondam esses questionamentos postos pela sociedade. Diante disso foi realizado um estudo em três colégios da Rede Jesuítas de Educação - RJE, o qual tinha como objetivo analisar os desafios, as possibilidades existentes e os enfrentamentos necessários considerando a política de educação inclusiva e a prática de gestão escolar, com vistas à garantia do direito à aprendizagem. Dos três colégios, dois estão localizados na cidade de Teresina-PI; um, na periferia da cidade, onde oferta o ensino fundamental, médio e educação profissional de nível técnico, e atende um quantitativo de aproximadamente setecentos alunos de zonas urbanas e rurais. O terceiro colégio está localizado na cidade de Fortaleza-CE, na área central da cidade, atende aproximadamente seiscentos e cinquenta alunos oriundos de classe média e está em funcionamento há 58 anos (Santos, 2018).

A análise permitiu constatar em suas práticas fatos relativos apenas aos estudantes com necessidades educacionais especiais, a pesquisa também indica o desafio existente e as possibilidades para uma educação inclusiva, assim como os enfrentamentos necessários ao aperfeiçoamento das práticas de gestão, com vistas a essa educação inclusiva. Apresentando maior prevalência a necessidade indispensável de recursos na formação continuada dos educadores, com ênfase nos docentes e na equipe gestora, quanto aos pressupostos e práticas relacionada à inclusão, com vistas à garantia das condições de aprendizagem dos alunos, dando destaques aos que têm necessidades educacionais específicas (Santos, 2018).

Os estudos de Lima e Medeiros Neta (2020), realizada no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte (IFRN), com objetivo de conhecer e refletir acerca do processo de inclusão educacional de pessoas com cegueira ou baixa visão, a partir do olhar educativo de três professores mostrou que os desafios da formação continuada, poucotempo para a realização de planejamento para as salas de recursos funcionais e aulas na educação inclusiva são barreiras que têm dificultado o processo de ensino e aprendizagem.

Em contrapartida os estudos de Carvalho e Cavalcanti (2020), que traz em suas discussões a inclusão das Pessoas com Deficiência em relação a concepção de trabalho como princípio educativo, ligado ao cenário Profissional e Tecnológica da Rede Federal aponta, para algumas medidas, para uma maior problematização acerca da inclusão, mas também o acesso e a permanência de estudantes com Deficiência nos espaços dos Institutos Federais na modalidade Educação Profissional e Tecnológica (EPT). Dessa forma falar de educação inclusiva no ensino profissional e tecnológico é abrir possibilidades para o acesso e permanência desses indivíduos no âmbito educacional, trabalhista e pessoal como cidadãos pertencente dessa nação, como afirma Lopes e Rech (2013, p.213):

[...] A educação é vista como um setor capaz de mobilizar, potencializar e concretizar parte fundamental das necessidades para a inclusão social. Afinal, além de a educação poder capacitar o sujeito para o mercado, ela propicia a difusão de valores sociais e a formação de tipos humanos compatíveis com o desenho de Nação que se almejava. Além do mais, a escola (e cada vez mais a universidade) é um dos espaços, e com certeza o mais potente, capaz de atingir todas as pessoas em idade escolar obrigatória e, por extensão, suas famílias (Lopes; Rech, 2013, p.213).



Nesta perspectiva, é importante pontuar que a inclusão de pessoas com deficiências no ensino profissional se faz necessário, uma vez que, a educação é um direito de todos sem qualquer tipo de discriminação. Segundo Lima e Medeiros Neta (2020), é preciso que nessa nova conjuntura as adaptações principalmente as curriculares tornam-se essenciais e que atendam às necessidades da educação especial, mas também de todos os estudantes que têm pouco domínio em leitura e conteúdos escolares. Corroborando com o diálogo acima Freire destaca em suas reflexões que “Saber que ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para a sua própria produção ou construção” (Freire, 1996, p. 15).

Diante deste contexto, é notório que os desafios encontrados pelos professores na sua rotina de trabalho têm sido desafiadores, e esta realidade está ligada diretamente com a falta de capacitação no processo formativo, como curso de treinamento e aperfeiçoamento, formação continuada na modalidade inclusiva, curso para a elaboração de materiais inclusivo etc. Todavia, ainda existem professores que não criam possibilidades para que o aluno avance no processo educativo e prefere usar a patologia do aluno como barreira para impedir o ensino, e isso tem rotulado esse estudante como “incapaz” ou “doente”, porém para mudar essa realidade e quebrar esse paradigma só professores comprometido com o trabalho docente para fazer essa diferença (Manica, 2011).

Dessa forma, foi possível concluir que os estudos apresentado no quadro acima, mostrou que os principais desafios enfrentados pelos docentes para o ensino de pessoas com deficiência no ensino profissional e tecnológico foram a falta de formação docente na área da educação inclusiva. Os estudos de Goularte e Gonçalves (2018), apontaram que a falta de professores especializados para atuarem com esse público é muito grande, uma vez que, os mesmos não estão preparados para a prática. Por outro lado, os autores ressaltaram que a democratização da educação, ampliação das técnicas, metodologias concernentes ao ensino e o respeito às diferenças têm sido as principais possibilidades evidenciadas.

Corroborando com os estudos de Goularte e Gonçalves (2018), os estudos de Lima e Medeiros Neta (2020), apontaram que a ausência de formação inicial voltada para a educação inclusiva, adaptação metodológica e de materiais didáticos, foram os principais desafios apresentados. Em relação às possibilidades, os autores afirmaram que o interesse por temáticas inclusivas ocorreu a partir da chegada de alunos com deficiência em suas salas de aula. Em concordância os estudos de (Harami; Faria, 2023, Gonçalves; Duarte, 2022), revelou que o despreparo de professores para atuar com alunos com deficiência nos cursos profissionais de nível técnico, falta de apoio, falta de subsídio e sobrecarga emocional são desafios que os mesmos depara frequentemente.

Nessa perspectiva, a Educação Profissional e Tecnológica vem traçando um cenário educativo para a educação inclusiva. Todavia, os desafios que permeiam esses espaços ainda é constante, uma vez que, a Educação Profissional e Tecnológica é uma modalidade educativa estabelecida pela a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) com o objetivo de inserir e capacitar os cidadãos para o mercado de trabalho e no convívio em sociedade, com o intuito de oferecer cursos técnicos, profissionalizantes para qualificar e propiciar o ensino e a formação contínua para o exercício da profissão (Dantas; Valcácio, 2019).



CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados do presente estudo mostraram que os principais desafios encontrados pelos professores diante do ensino profissional e tecnológico na educação especial foram a falta de formação continuada no âmbito, professores especializados, recursos e apoio governamental. Todavia, ainda foram apontadas barreiras físicas, psicológicas e pedagógicas no ambiente escolar. Enquanto que as possibilidades foram: a ampliação das técnicas e metodologias concernente ao ensino e o respeito às diferenças, a democratização da educação e interesse em participar de capacitações.

Diante disso, conclui-se que ainda existem muitas barreiras para a efetivação do ensino inclusivo no ensino profissional e tecnológico, uma vez que, surgem as práticas discriminatórias em que a inserção de pessoas com deficiência no ensino técnico profissionalizante ainda é muito resistente e precisa ser feito muito para alcançar um ensino técnico profissionalizante que contemple a todos.

Dessa forma, sugere-se que novas pesquisas explorem a temática, especialmente com o público docente, visto que, existe uma carência de estudos com docentes que atuam no ensino profissional e tecnológico, sobretudo com o público com necessidades específicas. Por outro lado, é necessário a construção de espaços educativos que atendam o público com necessidades específicas nos centros de formação profissional e tecnológica, que os órgãos Federal, Estadual e Municipal busquem assegurar seus direitos na lei, garantindo políticas públicas de inclusão e práticas de ensino que assegurem a efetivação do ensino inclusivo, democrático e igualitário.

Além disso, é necessário que o governo ofereça formação continuada para os professores para que os mesmos possam se especializar na área de sua atuação. Cabe à escola como instituição formadora de valores e cidadãos, buscar estratégias para a melhoria das estruturas físicas do espaço escolar, adaptando às necessidades dos alunos com deficiências física, visual, intelectual, auditiva dentre outras. Por outro lado, julga-se importante o desenvolvimento de pesquisas que abordem a temática de forma mais aprofundada, visando encontrar soluções para o problema.

Portanto, cabe ressaltar que o presente estudo apresentou resultados relevantes em relação aos objetivos da pesquisa, todavia é notório que a demanda de desafios apresentados chama mais atenção, uma vez que, as possibilidades de ensino ofertadas são reduzidas, o que fica bem explícitos nos resultados apresentados. Embora, acredito que este estudo está contribuindo na literatura científica, ainda se faz necessário a realização de novas pesquisas, principalmente no campo da educação profissional e tecnológica para descobrir novos achados em relação a educação especial profissional e tecnológica para que a mesma seja de modo democrática em sua composição, possibilitando aos cidadãos uma formação transformadora, integradora e inclusiva do aluno com deficiência, oferecendo-lhe uma formação crítica e reflexiva para o mundo do trabalho.

Em contrapartida, cabe também elencar algumas limitações observadas durante o estudo: como a quantidade de artigos encontrados nos bancos de dados foram poucos para os resultados da pesquisa, e dos quatro artigos encontrados apenas dois discutiram as possibilidades de ensino no campo profissional e tecnológico. Dessa forma, foi possível analisar que, os estudos apontaram mais



desafios do que possibilidades no ensino profissional e tecnológico com o público de deficientes. Logo, foi possível fazer uma análise que os estudos vem apresentando muitos desafios na educação inclusiva no ensino profissional e tecnológico, mas apesar da escassez de pesquisas na área o artigo apresentado conseguiu atingir os objetivos propostos mostrando a importância da pesquisa para a formação docente, assim como de cursos de formação continuada, de pós-graduação e cursos técnicos para que os professores tornem o aluno com deficiência um agente político, com o intuito de desenvolver suas atividades e gerar conhecimento a partir de uma prática interativa e inclusiva.

Nessa perspectiva ainda pontuamos a ausência de estudos na área da Educação Profissional e Tecnológica e a falta de estudos em outros idiomas. Em compensação a pesquisa também apresenta vários pontos positivos tanto para a literatura, sociedade, para o educando e sobretudo para os/as professores/as e a pesquisadora que se debruçou para entender os desafios enfrentados pelos docentes ao lidar com a educação em outro patamar. Além disso, o estudo contribuiu especialmente para a formação, conhecimento, aprendizagem e busca incessante da pós-graduação do curso de Especialização em Docência para a Educação Profissional e Tecnológica do Instituto Federal Baiano Campus Guanambi.

REFERÊNCIAS

- BRASIL. Lei 9394/1996, trata das Diretrizes e Bases da Educação. Nacional. <https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/70320/65.pdf>. Acesso em: 22 abril 2024.
- CAPELLINI, Vera Lúcia Messias Fialho; DE ABREU FONSECA, Kátia. **A escola inclusiva: seus pressupostos e movimentos.** DOXA: Revista Brasileira de Psicologia e Educação, v. 19, n. 1, p. 107-127, 2017.
- CARVALHO, Ermans Quintela; DE SOUSA CAVALCANTI, Ricardo Jorge. **Inclusão na Educação Profissional e Tecnológica: abordagem emancipatória do trabalho como princípio educativo.** Research, Society and Development, v. 9, n. 5, p. e115953219-e115953219, 2020.
- DANTAS, Suzyneide Soares; VALCÁCIO, Marcos André José. **EDUCAÇÃO INCLUSIVA NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA: TENSÕES E DESAFIOS.**
- DÍEZ, Anabel Moriña. Traçando os mesmos caminhos para o desenvolvimento de uma educação inclusiva. Inclusão: **Revista de Educação Especial**, v. 5, n. 1, p. 16-25, 2010.
- FERNANDES, Odair Antônio. **A Educação Especial diante das Reformas da Educação Profissional.** Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual de Maringá. 2009.
- FERNANDES, Odair Antônio. **Educação Profissional e Educação Especial: Políticas para a Formação Profissional de Pessoas com Deficiência Mental no Brasil na Década de 1990.** Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual de Maringá. 2009.
- FERREIRA, Rejane Gomes; MEDEIROS, IDF. **Educação Inclusiva na Educação Profissional e Tecnológica: vislumbrando desafios possíveis.** WESSELOVICZ, Glaucia; CAZINI, Janaina. Diálogos sobre Inclusão, v. 2, p. 113-121, 2018.



FREIRE, Sofia. **Um olhar sobre a inclusão**. Revista de Educação, p. 5-20, 2008.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. Editora Paz e terra, 1996.

GONÇALVES, Vânia Maria Duarte; DE BRITO DUARTE, Matusalém. Inclusão na Educação Profissional e Tecnológica: avaliação do conhecimento e de práticas docentes. **Educação em Foco**, v. 25, n. 46, p. 335-371, 2022.

HARAMI, Fabiana Fernandes; DE FARIA, Elisabeth Cristina. Uma reflexão acerca das necessidades formativas dos professores que atuam na educação profissional diante dos desafios da inclusão. **Revista Brasileira da Educação Profissional e Tecnológica**, v. 1, n. 23, p. e13208-e13208, 2023.

HONNEF, Cláucia. **TRABALHO ARTICULADO: A RELAÇÃO ENTRE A EDUCAÇÃO ESPECIAL E O ENSINO MÉDIO E TECNOLÓGICO**. 2013.

DE LIMA, Eva Lúcia Maniçoba; DE MEDEIROS NETA, Olívia Moraes. INCLUSÃO DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA VISUAL NO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO GRANDE DO NORTE: FORMAÇÃO DOCENTE E PRÁTICAS PEDAGÓGICAS. **Humanidades & Inovação**, v. 7, n. 11, p. 37-53, 2020.

LOPES, Maura Corcini; RECH, Tatiana Luiza. **Inclusão, biopolítica e educação**. Educação, v. 36, n. 02, p. 210-219, 2013.

MANICA, Loni Elisete. A prática docente da educação profissional na perspectiva da inclusão. **Revista Iberoamericana de Educación**, v. 55, n. 4, p. 1-9, 2011.

MINAYO, Maria Cecília de Souza; DESLANDES, Suely Ferreira; GOMES, Romeu. **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. Editora Vozes Limitada, 2009.

DE PAULA, Tatiane Estácio; GUIMARÃES, Orliney Maciel; DA SILVA, Camila Silveira. Formação de professores de química no contexto da Educação Inclusiva. Alexandria: **Revista de Educação em Ciência e Tecnologia**, v. 11, n. 1, p. 3-29, 2018.

SALDANHA, Marcela Roiz. **A escola como espaço inclusivo**. 2003.

SANCHES, Isabel. Do aprender para fazer ao aprender fazendo: As práticas de educação inclusiva na escola. **Revista Lusófona de Educação**, n. 19, p. 135-156, 2011.

SANTOS, Maria Margareth Rodrigues dos. **Educação inclusiva**: desafios, possibilidades e enfrentamentos na prática de gestão escolar. São Leopoldo-RS, 2018.

DA SILVA GOULARTE, Sirlei Ferreira; GONÇALVES, Agda Felipe Silva. INCLUSÃO ESCOLAR NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL: DAS PERCEPÇÕES DOCENTES AOS DESAFIOS E POSSIBILIDADES. Anais do Seminário Nacional de Educação Especial e do Seminário Capixaba de Educação Inclusiva, v. 2, p. 957-963, 2018.



SILVA, Tertuliano Soares e; ANJOS, Maylta Brandão. **Formação de professores e inclusão de pessoas com altas habilidades ou superdotação: um debate na educação profissional e tecnológica. Vértices** (Campos dos Goitacazes), vol. 24, núm. 2, 2022.

VIÉGAS, Conceição de Maria Corria; MOACIR Alves Carneiro. **Educação profissional: indicações para a ação: a interface educação profissional / educação especial.** Brasília: MEC/SEESP, p.84, 2003.

Recebido em: 13/11/2024

Aprovado em: 22/11/2024

Publicado em: 20/12/2024